



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

**DALVALIS CARVALHO DA COSTA**

**CONCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR**

**TEIXEIRA/PB**

**2017**

**DALVALIS CARVALHO DA COSTA**

**CONCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Sandra Cristina Moraes de Souza.

TEIXEIRA/PB

2017

C837c Costa, Dalvalis Carvalho da.

Concepção dos docentes sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular / Dalvalis Carvalho da Costa. – João Pessoa: UFPB, 2017.

45f.

Orientadora: Sandra Cristina Moraes de Souza  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação inclusiva. 2. Deficiência. 3. Prática pedagógica.  
I. Título.

DALVALIS CARVALHO DA COSTA

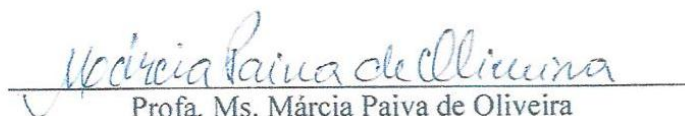
CONCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO DE  
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena  
em Pedagogia na Modalidade à Distância, do  
Centro de Educação da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito institucional para  
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 26 / Julho / 2017.

BANCA EXAMINADORA

  
Profa. Ms. Sandra Cristina Moraes de Souza  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

  
Profa. Ms. Márcia Paiva de Oliveira  
Profa. Convidada  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

  
Profa. Ms. Kaline de França Oliveira  
Profa. Convidada  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me iluminado nessa trajetória.

À minha mãe Raimunda, que mesmo estando distante me apoia com palavras de conforto e incentivo.

Ao meu esposo, José Noberto, pela paciência e por estar sempre presente me apoiando e incentivando com dedicação e carinho.

Aos meus filhos, Noberto Junior e Ariane, pela paciência e compreensão quando precisaram dividir minha atenção com os estudos.

Às minhas colegas de curso, em especial, Lúcia Bulhões, Maria Luiza e Domitila, pelas palavras de conforto e incentivo em momentos difíceis.

A toda a minha família, que sempre torceu e acreditou no meu sucesso.

Aos meus mediadores presenciais, Profa. Divânia e Prof. Vamberto, pela disponibilidade e atenção sempre quando solicitados.

Às minhas orientadoras: Profa. Idelsuite e Sandra Cristina Moraes de Souza pela dedicação e competência, procurando sempre o melhor caminho para me incentivar a prosseguir na minha pesquisa, respeitando o meu tempo de aprender.

Obrigada!

“O princípio fundamental da Educação Inclusiva é a valorização da diversidade dentro da comunidade humana. Quando a Educação Inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.” (KUNC, 1992).

## RESUMO

O presente estudo foi pensado a partir da importância do conhecimento e reflexão sobre a inclusão. Os objetivos que norteiam este trabalho científico são: analisar a concepção dos (as) professores (as) em relação à educação inclusiva; verificar a partir do olhar dos docentes os principais fatores que favorecem (e os que dificultam) a implementação da educação inclusiva; analisar a prática pedagógica dos professores (as) no atendimento a crianças com deficiência. Esta pesquisa foi pensada e desenvolvida visando contribuir para aprendizagens significativas e o desenvolvimento do principal sujeito do ensino, o aluno. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa de abordagem qualitativa e de campo. O instrumento de coleta utilizado foi o questionário. Para nortear a reflexão sobre o tema, utilizamos como referencial teórico os seguintes autores: Mantoan (2001, 2003, 2004, 2006, 2007), Cavalcante (2004), Sasaki (1999, 2000, 2003), Marques (2009), Cury, C. (2002), Cury, A. (2003), Amaral (2006), Carvalho (2004), Aranha (2000, 2004), dentre outros. A partir dos resultados apresentados, constatamos que as professoras concebem a educação inclusiva como um movimento irreversível, sendo o professor peça fundamental nesse movimento. Entretanto, sua atuação é prejudicada por várias situações, entre as quais podemos destacar: a falta de formação específica, recursos pedagógicos escassos, falta de estruturação física e pedagógica da escola, envolvimento dos demais profissionais da escola. Outro fator que chamou atenção foi o desconhecimento dos docentes em relação às políticas públicas que norteiam a educação inclusiva gerando incertezas e inseguranças quanto à inclusão, assim como as dificuldades dos professores no enfrentamento à inserção de alunos com ou sem deficiência no ensino regular.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Deficiência. Concepção de professores.

## **ABSTRACT**

The present study was based on the importance of knowledge and reflection on inclusion. The objectives that guide this scientific work are: to analyze the conception of the teachers in relation to inclusive education; To verify from the perspective of teachers the main factors that favor (and those that hinder) the implementation of inclusive education; To analyze the pedagogical practice of teachers in the care of children with disabilities. This research was designed and developed in order to contribute to meaningful learning and the development of the main subject of teaching, the student. For that, a qualitative and field research was conducted. The collection instrument used was the questionnaire. In order to guide the reflection on the theme, we use as theoretical reference the following authors: Mantoan (2001, 2003, 2004, 2006, 2007), Cavalcante (2004), Sassaki (1999, 2000, 2003), Marques C. (2002), Cury, A. (2003), Amaral (2006), Carvalho (2004), Aranha (2000, 2004), among others. From the results presented, we found that the teachers conceive of inclusive education as an irreversible movement, and the teacher plays a fundamental role in this movement. However, its performance is hampered by several situations, among which we can highlight: lack of specific training, scarce pedagogical resources, lack of physical and pedagogical structure of the school, involvement of other school professionals. Another factor that attracted attention was the teachers' lack of knowledge about the public policies that guide inclusive education, generating uncertainties and insecurities about inclusion, as well as teachers' difficulties in confronting the inclusion of students with or without disabilities in regular education.

**Keywords:** Inclusive education. Deficiency. Conception of teachers.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 O MOVIMENTO INCLUSIVO NA HISTÓRIA.....</b>	<b>11</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	12
2.2 LEIS QUE EMBASAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
<b>3 DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO.....</b>	<b>20</b>
3.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	20
3.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	22
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	26
4.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	27
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	27
4.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	28
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	28
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	43
APÊNDICE B - Instrumento de Coleta de Dados.....	45

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um processo de lutas e conquistas que tem como objetivo a eliminação das desigualdades sociais, étnicas, políticas, religiosas, cognitivas, entre outras, desencadeado pela defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

A Conferência Mundial de Salamanca sobre Educação para Necessidades Especiais, ao lado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, e a Convenção de Direitos da Criança (1989), apoiou a ideia da educação inclusiva. Este documento, elaborado em 1994 na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, defende que escolas regulares com orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos (UNESCO, 1994).

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade dos alunos, em que as escolas buscam ajustar a todas as crianças, independentemente de suas condições.

Uma educação voltada para TODOS é uma prerrogativa social, logo toda pessoa possuindo ou não algum tipo de deficiência tem direito de participar da vida social, viver de maneira digna. Assim, para melhor entender o processo de Educação Inclusiva é preciso compreender, primeiramente, que o tema da inclusão é produto de longos debates, alicerçados em contextos históricos.

A inclusão exige uma ruptura com o modelo tradicional de ensino necessitando-se de uma transformação que coloque em destaque o aluno, e não suas deficiências e ou limitações. Segundo Mantoan (2003, p. 34) "[...] Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades”

Construir uma sociedade capaz de promover a participação social igualitária para todos faz parte do desafio da inclusão. É importante saber que essa luta não é nova, mas continua fazendo parte dos debates políticos da educação inclusiva, que compreende a educação especial dentro da escola regular, porém, exigindo uma compreensão que vai muito além do mero acesso desses alunos na classe comum, nas estruturas para o atendimento de todos, com ênfase em suas competências, capacidades e potencialidades. Assim, podemos citar que:

Fazer a escola para todos é aceitar o desafio de reinventar cotidianamente o mundo em que vivemos. São notáveis os desafios que o tema abordado abrange, mas tendo isso como teoria a realidade na prática enfrenta desafios ainda maiores.

A educação tem como objetivos desenvolver as potencialidades do ser humano, preparar para a cidadania e para a vida. É imprescindível romper com os preconceitos - “As diferenças são produzidas e não devem ser naturalizadas, como pensamos habitualmente. Essa produção é sustentada por relações de poder e merece ser compreendida, questionada e não apenas respeitada e tolerada” (MANTOAN, 2006, p. 192) -, e compreender as diferentes características como valor e não como problemas a serem sanados, tendo o professor importante papel, podendo refletir e questionar suas práticas de maneira que possa aprender com sua própria experiência na relação com o outro.

Diante desse contexto, surge a questão que norteia esta pesquisa: Como os professores concebem a educação inclusiva?

A partir dessa questão, debruçamo-nos sobre os objetivos deste trabalho científico, que são: Objetivo Geral: analisar a concepção dos (as) professores (as) em relação à educação inclusiva. Objetivos Específicos: verificar a partir do olhar dos docentes os principais fatores que favorecem (e os que dificultam) a implementação da educação inclusiva; analisar a prática pedagógica dos professores (as) no atendimento a crianças com deficiência.

Assim, a pesquisa está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo faz um recorte sobre o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil. O segundo capítulo faz um paralelo entre o processo de integração e inclusão. O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, delineando a pesquisa, além de apresentar os métodos adotados na coleta e análise dos dados. O quarto capítulo traz a análise e discussão dos dados. Por fim, trazemos as considerações finais, onde destacamos os resultados alcançados e a necessidade de novas pesquisas sobre o tema.

## 2 O MOVIMENTO INCLUSIVO NA HISTÓRIA

De acordo com Sasaki (2003, p. 111), “a história da atenção educacional perpassa as fases de exclusão, segregação, integração e inclusão”.

Para que possamos entender a história da inclusão é preciso dividir a história em três fases. Na primeira fase se destaca que a sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava as pessoas com deficiência, na Grécia e Roma, por exemplo, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas nas matas e lançadas do alto das montanhas para serem mortas.

No período da segunda fase as pessoas deficientes eram excluídas da sociedade e da família, eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos que eram administradas por instituições voluntárias, em sua maioria, religiosas, com consentimento governamental, mas sem nenhum outro tipo de envolvimento por parte do governo.

Em contraponto a essa fase surgiram escolas especiais, assim como centros de reabilitação e oficinas protegidas de trabalho, pois a sociedade começou a admitir que pessoas deficientes poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento profissional (SASSAKI, 2003). Na fase da integração surgiram classes especiais dentro das escolas comuns, mais ou menos a partir do final da década de 60, quando o movimento começou a procurar inserir as pessoas portadoras de deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer (SASSAKI, 2003).

Hoje, a educação especial vive a fase da inclusão. Marques (2009, p. 151) ressalta que “o paradigma da inclusão é o maior representante da valorização do homem na sua diversidade, rompendo com o ciclo vicioso de uma sociedade dominante excludente”.

Entretanto, no decorrer da história da humanidade, observa-se que as concepções sobre a deficiência foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que nos ocorreram em diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001b, p. 25).

O preconceito era a maior barreira enfrentada, até que essas pessoas comessem a conseguir conquistar seus direitos. Dessa forma podemos destacar que:

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de

ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares. (BRASIL, 2015, p. 8).

## 2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva é uma etapa que insere todas as crianças no ambiente escolar, bem como em salas de aulas realizando atividades diárias que contribuam para o desenvolvimento, dessa maneira aprendendo e participando sem qualquer tipo de discriminação. Vygotsky (1998) destaca que as interações do aluno com o meio em que está inserido são de suma importância para o seu desenvolvimento.

Carlos Cury (2002) ressalta que durante grande parte da história da deficiência, não houve uma preocupação com a educação desses alunos. Estes por muito tempo foram sacrificados e excluídos. No Brasil a educação começa a seguir novos caminhos, buscando a educação para todos.

Assim, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, inciso III garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, busca-se promover a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação; é um princípio que está na Constituição de 1988, alicerçada na cidadania e na dignidade da pessoa humana (art. 1, incisos II e III).

Para Mantoan (2006, p. 16):

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir a igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular.

Corroborando com esse pensamento, Sasaki (2003, p. 47) nos traz:

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

De acordo com Amaral (2006, p. 54), essas relações são “[...] despidas de discriminações, rotulações negativas e valorizando as diferenças. É neste processo interativo que a pessoa aprende significativamente e se constitui como sujeito crítico e reflexivo”.

É de extrema importância contribuir de forma positiva no processo de inclusão, que as escolas incentivem a convivência harmoniosa e de respeito pela diversidade e que sejam eliminadas as barreiras que são os maiores impedimentos para que os alunos possam aprender e se desenvolver com autonomia e segurança sentindo-se motivados a participar. Porém, não só as barreiras físicas, arquitetônicas, entre outras, mas, e principalmente as barreiras atitudinais, estas que são o agravante maior, já que envolvem concepções de que a escola não está preparada, professores não estão capacitados, de que nem todos os alunos estão aptos para conviver entre os demais.

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que se deve constar dos projetos políticos pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola. (CARVALHO, 2004, p. 73).

## 2.2 LEIS QUE EMBASAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ter acesso à escola, ter direito à igualdade, não sofrer nenhum tipo de discriminação, entre outros, são fundamentos para o processo de inclusão. A inclusão se faz necessária e por lei deve garantir todos os direitos a todos os alunos.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo que envolve todos os segmentos sociais, dentre os quais se destacam a família e a escola. A família como socializadora da criança e a escola como mediadora de conhecimentos científicos. Dessa forma, documentos reconhecem seus conteúdos e os têm respeitado na elaboração das políticas públicas internas.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece que:

Artigo 1º. Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos; Art. 2º. [...] sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Artigo 7º. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da Lei [...]. No Artigo 26º, proclama, no item 1, que Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será

gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. O Item 2 estabelece que a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos [...]. O Artigo 27º proclama, no item 1, que Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. De maneira geral, esta Declaração assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade. (UNESCO, 1948, p. 01-06).

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, teve, como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. E nela, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, declararam:

- Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos.
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios.
- Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades.
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.
- As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos.
- A Declaração se dirige a todos os governos, incitando-os a:
  - Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
  - Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário.
  - Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.

- Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais.
- Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras.

Entre as leis que embasam a formação docente de educadores para atuação na Educação Inclusiva, destaca-se a Declaração de Salamanca, datada de 1994, onde foram traçadas metas e diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino.

Tal lei apregoava a mobilização de apoio de organização dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento de docentes no que se refere às necessidades especiais (UNESCO, 1994).

Fortalecendo o movimento inclusivo no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, no artigo 59 do capítulo V, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades educativas especiais:

- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Outra lei a nível nacional fortalece a conjuntura inclusiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe que:

Art. 3. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei, ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, p. 12).

Afirma, também, em sua Art. 4º, que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p.13).

No que se refere à educação, o Estatuto da Criança e Adolescência (ECA) estabelece:

Art.53, que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando: I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II. Direito de ser respeitado por seus educadores; III. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. O Art. 54 diz que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Em seu Art. 55 dispõe que os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990, p. 32-33).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Os municípios brasileiros receberam, a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos de idade, ou seja, da oferta de Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens que neles residem.

Assim, passou a ser responsabilidade do município formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para programar, em sua realidade sociogeográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Fundamental.

Em 1999, é implantada a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, prevista no Decreto 3.298/99 que adota os seguintes princípios:

- Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

- Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

No que se refere especificamente à educação, o Decreto estabelece a matrícula compulsória de pessoas com deficiência, em cursos regulares, a consideração da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino, a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino.

Em 2001, tivemos a aprovação do Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação que estabelece metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre as quais se destacam os que tratam:

- do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, e em parceria com as áreas de saúde e assistência social, visando à ampliação da oferta de atendimento da educação infantil;
- dos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais;
- da formação inicial e continuada dos professores para atendimento às necessidades dos alunos;
- da disponibilização de recursos didáticos especializados de apoio à aprendizagem nas áreas visual e auditiva;
- da articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho;
- do incentivo à realização de estudos e pesquisas nas diversas áreas relacionadas com as necessidades educacionais dos alunos;
- do sistema de informações sobre a população a ser atendida pela educação especial.

Dessa forma a proposta da educação inclusiva aberta às diferenças deve atender a todos com qualidade, abarcando as necessidades e potencialidades de cada indivíduo. Sendo assim uma das grandes e atuais discussões no que se refere ao processo de inclusão se dá, na maneira como os educadores concebem a forma de adaptação pedagógica e a organização física do ambiente escolar, para a recepção de educandos com deficiência.

Em 2015, tivemos um avanço no que diz respeito à legislação, foi instituída a Lei de nº 13.146, de 06 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Após inúmeras medidas provisórias tomadas, enfim, surge uma lei própria destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. O texto da Lei Federal 13.146 foi publicado no Diário Oficial da União no último dia 07 de julho de 2015. O Estatuto da Pessoa com Deficiência traz diversas garantias para as pessoas com deficiência.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu Art. 2º, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Lei sistematizou dispositivos relativos ao direito das pessoas com deficiência à educação, e preconiza em seu Art. 27 que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 19).

O Art. 4º cap. II desta Lei preconiza: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 12).

Vale destacar o Art. 28, que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência se apresenta como um avanço no movimento em prol da inclusão. Esse documento reconhece os direitos das pessoas com deficiência, com o objetivo de respeitar e garantir os direitos da pessoa com deficiência em sua plenitude, garantindo-lhes assim dignidade para que possam participar ativamente da vida social e viver de maneira plena.

### 3 DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO

#### 3.1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Diferente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados, inclusão sugere termos um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão, práticas pedagógicas precisam ser revistas, as atividades devem ser relacionadas e planejadas para que todos aprendam, contudo sem esperar que no fim todos tenham o mesmo resultado.

De acordo com Mantoan (2001, p. 56), “a inclusão passa por uma mudança no modo de vermos o outro, de agirmos para que todos tenham seus direitos respeitados”. Observa-se, então, que estamos vivendo um momento em que se deve repensar o conceito de escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, e a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos.

Nas últimas décadas a instituição escolar vem sendo desafiada a conseguir uma forma equilibrada que resulte numa educação comum e diversificada, que seja capaz de proporcionar uma cultura comum a todas as crianças, que respeite suas especificidades e necessidades individuais.

Segundo Mantoan (2006, p. 55),

As pessoas com necessidades especiais podem ser olhadas e entendidas como pessoas diferentes enquanto aparência, mas iguais às demais pessoas enquanto capacidade produtiva relacional, com enorme potencial a ser desenvolvido e com possibilidades de desenvolver vários trabalhos e serviços de que a sociedade precise, desde que sejam oferecidas oportunidade e condições necessárias. Elas precisam de oportunidades de avançar no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, com vistas ao exercício de sua cidadania.

Portanto, percebe-se que a educação inclusiva pode ser definida como prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, cultura e origem socioeconômica. São muitas as dificuldades encontradas nas escolas para atender às crianças com deficiência, pois não se trata apenas de incluir, mas reconhecer as diferenças, a multiplicidade dos saberes e as condições sobre as quais o conhecimento é aplicado.

Sendo assim, as crianças com deficiência desejam se relacionar com outras crianças e, assim, devem estar incluídas na escola, realizando atividades psicomotoras que as ajudem nos processos de desenvolvimento intelectual e social. Dessa forma, o papel da escola é tão importante quanto o das políticas de inclusão, já que o espaço de socialização e de observação

das diversas demandas desse público alvo está ao alcance dos profissionais que nela se encontram.

A escola inclusiva busca atender às necessidades de todos os alunos. Isso significa dizer que as escolas e os demais órgãos públicos precisam se mobilizar para garantir que os Direitos Universais das pessoas com deficiência se transformem em ações concretas e a inclusão deixe de ser um problema, pois a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade procura adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos.

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. (SASSAKI, 2003, p. 47).

O autor acima citado afirma que [...] “a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida” (SASSAKI, 1999, p. 168). Porém, no momento em que a escola comum assume uma educação inclusiva e integradora, precisa, antes de tudo, adequar seu currículo, programas, conteúdos e, em especial, estruturar uma proposta político-pedagógica que venha a atender às reais necessidades de cada indivíduo.

Assim, desde que o termo inclusão surgiu no meio social e escolar, o mesmo tem sido associado ao de inovação educacional, de forma que implica a formação de professores e propostas de ensino que atendam às exigências da sociedade contemporânea, em que não há espaço para preconceitos e discriminações entre os indivíduos, mas sim, para a interação de todos com o mundo e a promoção da autoestima do aluno com necessidades educativas especiais.

Portanto, para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino, de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no Ensino Fundamental, pois as escolas ainda resistem à inclusão.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

A diversidade existente na comunidade escolar contempla uma ampla dimensão de características. Necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas e socioculturais dos alunos: crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas; crianças com deficiência e bem dotadas; crianças trabalhadoras ou que vivem nas

ruas; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais; e crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1999b, p. 23).

No entanto, sabemos que incluir não é simplesmente inserir uma pessoa na sua comunidade e nos ambientes destinados à sua educação, saúde, lazer, trabalho. Incluir implica acolher a todos os membros de um dado grupo, independentemente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de serem categorizados. Já é tempo de reconhecermos que todos estão juntos e nascemos neste mundo e que por isso mesmo não podemos excluir ninguém.

A presença de alunos com deficiência na escola regular pressupõe uma escola aberta, que responda às necessidades concretas de todos os alunos que chegam ao ambiente escolar com diferentes interesses, motivações e habilidades.

Para Aranha (2004, p. 07), “a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de seus alunos, de acordo com suas potencialidades e necessidades”.

Então, as interações estabelecidas precisam estar cada vez mais próximas e integradas ao conhecimento do aluno e aos desafios que o contexto lhe propõe, a fim de que ambientes de construção de aprendizagens sejam oportunizados, incitando e possibilitando o pensar.

De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 23):

A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi a de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades.

Assim, observa-se que políticas públicas destinadas aos alunos com deficiência articularam um novo significado e uma nova forma particular de encarar a Educação Especial escolar em nível nacional, com discussões a respeito do entendimento desta proposta inclusiva, no seu verdadeiro sentido integração escolar, inclusão e escola inclusiva.

### 3.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O sistema educacional brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos anos e tem conseguido cada vez mais respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem de todos os alunos.

As práticas educacionais desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência física, intelectual, visual, auditiva e múltipla e com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, revelam mudanças de paradigma incorporado pelas equipes pedagógicas.

Essas ações evidenciam os esforços dos educadores em ensinar a turma toda e representam um conjunto valioso de experiências, pois os novos desafios trazidos pela era da inclusão escolar evidenciam a necessidade de repensar a formação dos professores que atuam com esses alunos. É relevante destacar que, de modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos (LIBÂNEO, 1998).

Atualmente, observamos que, quando falamos da formação do professor em relação à Educação Especial, a ênfase está na formação do professor e não mais na formação do professor habilitado ou especializado em Educação Especial. No entanto, em virtude da política de inclusão, parece urgente pensar em preparar o professor do ensino regular para atender os alunos especiais. É evidente que nossos professores do ensino regular não estão preparados para integrar alunos com deficiência.

Segundo Bueno (1999b), os professores do ensino regular não têm o mínimo preparo para incluir os alunos que se apresentam com deficiência em sala de aula.

Considerando o contexto de formação de professores e as dificuldades enfrentadas, os professores podem reagir de forma bastante diferenciada frente às práticas nas escolas inclusivas, alguns agem ignorando o processo de mudança, por insegurança, sem tomar conhecimento do que está acontecendo, ou demonstrando preconceito, devido à falta de informação, outros apresentam comportamentos preconceituosos, e outros, ainda, aceitam a ideia da mudança do ensino, reagindo de forma positiva e reconhecendo a validade da sua atitude.

Na verdade a proposta de educação inclusiva ainda se encontra longe de sua totalidade. Necessitamos de uma mudança não só na postura, no fazer, mas principalmente no olhar. Nestes termos, Serra (2008) chama a atenção que será necessária,

Sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. (SERRA, 2008, p. 33).

A partir de um novo olhar, a ideia de educação inclusiva pode ser pensada e ampliada, baseando-se no seu aprimoramento através da reflexão, compartilhamento de ideias,

informações, sentimentos, responsabilidades, decisões e ações, as inovações educacionais, por um lado, abalam a identidade do professor e as suas conquistas, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço feito para adquiri-los.

Mas, por outro lado, favorecem a definição das teorias pedagógicas individuais de cada professor, conscientizando-o do modo como atua na promoção da aprendizagem de todos os alunos, e o subsidiam para encontrar maneiras de fazer acontecer a construção de conceitos próprios na sua prática de sala de aula.

Neste caminhar, até mesmo quando na condição de professor, todos são aprendizes, aprendendo a criar e recriar. Assim, nesta perspectiva, o trabalho do professor consiste no acompanhamento dos alunos no desenvolvimento de suas potencialidades plenas, e, para isso, são necessárias novas abordagens educacionais na sua prática pedagógica. Segundo Silva Filho (2013, p. 28), a prática pedagógica

Requer do professor conhecimentos pedagógicos para organizar a aula, fazer a transposição didática, transformar o conhecimento científico em saber transmissível e assimilável pelos alunos, propor situações de aprendizagem de forma que os alunos consigam problematizar as demandas do mundo do trabalho e que a teoria e a prática, em sala de aula, não podem ocorrer a partir somente das exposições descritivas, ou como elementos contraditórios, dicotômicos e antagônicos.

Dessa forma, a operacionalização de uma prática voltada para atender a uma educação inclusiva é um processo bastante complexo, pois implica a necessidade de se criar e de se garantir condições que oportunizem o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, não apenas dos alunos com deficiência, mas de todos os que frequentam o sistema educacional inclusivo. Tais condições devem contemplar o uso de novos recursos e de tecnologias que favoreçam a apropriação dos conhecimentos valorizados culturalmente pela escola.

De acordo com Figueira (2011, p. 28-29),

[...] Na inclusão social, as iniciativas são nossas, somos nós que estamos nos preparando, criando caminhos e permitindo que elas venham conviver conosco. Por esse motivo, cada vez mais vemos crianças e pessoas com deficiências em nossas escolas, nos espaços de lazer e em todos os lugares da vida diária. E devemos estar preparados para essa convivência, aceitando as diferenças e a individualidade de cada pessoa, uma vez que o conceito de inclusão mantém este lema: todas as pessoas têm o mesmo valor.

Nesse contexto, o professor deve estar convicto que sua função não é ensinar, mas criar situações através das quais o sujeito aprende a fazê-lo descobrir por seus próprios meios

a resposta ao conhecimento a que ele tem condições de acesso, pois além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os professores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações.

O professor deverá considerar no planejamento tempo e estratégias para conhecer seus alunos especialmente aqueles que poderão requerer apoios específicos. Para fornecer boa compreensão sobre os alunos e suas condições de aprendizagem, a observação precisa utilizar diferentes estratégias e ser feita em diversos momentos da aula. Os critérios de observação devem ser selecionados com base no currículo e nas habilidades que o professor considerou no planejamento.

Portanto, o professor deverá orientar as atividades do aluno a fim de produzir a aprendizagem onde todo indivíduo possa aprender. Isto prova o reconhecimento decisivo da Declaração de Salamanca, que defende explicitamente a igualdade de oportunidades no contexto dos direitos humanos das crianças.

Para Sasaki (2000) é preciso buscar o potencial nas identidades individuais, ou seja, descobrir os talentos. Então, pelo paradigma da inclusão, a capacidade de aprender e a importância dessa aprendizagem correspondem a mecanismos da diversidade humana presente no espaço escolar.

Para possibilitar que os alunos com deficiência possam se sentir parte integrante daquele grupo é preciso recursos físicos e materiais para o desenvolvimento de um trabalho escolar de qualidade. Dentro desse contexto o professor ainda busca definir sua atuação, assume um papel importante no processo de aprendizagem do aluno.

Assim, o papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos. Porém, a formação e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores.

## 4 METODOLOGIA

A pesquisa, como forma de investigação, propõe-se a ampliar o conhecimento acerca de uma temática específica, no caso em voga, a descrição e análise dos dados coletados foram pertinentes neste processo.

### 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Segundo Chizzotti (2001, p. 79),

Abordagem qualitativa parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O objeto não é um dado inerte neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema de significados que tem como objetivo principal traduzir e expressar os fenômenos sociais.

Ainda, sobre a pesquisa qualitativa, destacamos que esta permite realizar o registro preciso e detalhado do que acontece no lugar, possibilitando ao pesquisador fazer uma pesquisa do objeto de estudo a partir dos dados colhidos entre os professores.

A pesquisa também se apresenta como exploratória e de campo. De acordo com Gonsalves (2001) a pesquisa de campo é aquela em que o pesquisador busca informação diretamente com a população pesquisada.

Assim, a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

## 4.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, situada na cidade de Teixeira-PB. A escola apresenta uma infraestrutura assim distribuída: é composta por doze salas de aula, uma sala de AEE, que atende crianças da escola e outras, laboratório de informática, servindo também como sala de vídeo, uma sala dos professores, uma sala de leitura, três banheiros, um adaptado para atender às necessidades das crianças com deficiências, um corredor a céu aberto, uma quadra de esporte usada para recreações e uma cozinha.

A organização do trabalho conta com seis Auxiliares de Serviços Gerais (ASG), duas merendeiras, dois secretários, dois vigias, um diretor, duas diretoras adjuntas, um supervisor. O corpo docente é composto por 33 professores com licenciatura em pedagogia, sendo duas professoras direcionadas para o atendimento na sala do AEE, com formação em Libras e Educação Especial.

Quanto ao corpo discente, o mesmo é formado por 440 alunos. O atendimento acontece com 210 alunos no turno da manhã em oito turmas e 230 alunos à tarde em nove turmas, do 1º ao 5º ano.

O planejamento é realizado a cada 15 dias e é norteado pelo projeto político-pedagógico (PPP) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Quanto ao número de participantes na pesquisa, contamos com a participação de quatro professoras do Ensino Fundamental I. No que se refere à faixa etária as professoras se encontram na faixa etária entre 30 e 45 anos de idade.

Em relação à formação dos professores participantes, todos possuem graduação em pedagogia, alguns, especialização em psicopedagogia e gestão escolar.

Sobre o tempo em que trabalham na Educação, varia entre cinco, dez e quinze anos.

Para preservar os dados das professoras entrevistadas, optamos em fazer referência, utilizando para isso: P1, P2, P3, P4.

## 4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, contendo questões objetivas, e subjetivas de forma a proporcionar liberdade de comunicação. Segundo Gil (2002, p. 115) o questionário possibilita a obtenção de dados a partir da visão dos entrevistados,

frente ao que sabem, pensam, esperam e desejam; ele ainda possibilita auxílio ao entrevistado que sente dificuldade de responder, assim como a análise do seu comportamento não verbal.

#### 4.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Inicialmente mantivemos contato com a instituição para realização da pesquisa. Apresentamos o projeto aos sujeitos participantes e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para seu conhecimento. Com a devida aceitação, marcamos o dia e horário para aplicação do questionário.

As professoras também foram informadas da voluntariedade de sua participação, do caráter anônimo e confidencial dos dados. Foi, também, elucidado com os participantes sobre os preceitos éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS/MS.

Após os procedimentos iniciais, fizemos uma breve apresentação oral das questões que compõem o questionário, entregando o instrumento aos sujeitos participantes.

#### 4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados de forma qualitativa. De posse de todos os dados, fizemos a sua organização, por meio do agrupamento sequencial das respostas, facilitando a leitura e análise dos depoimentos.

Ao término da leitura e análise das respostas, buscamos inferir as frases e expressões que as professoras usaram ao responder o questionário, enfatizando aquelas mais representativas. Procuramos, portanto, construir a análise dos dados, articulando os dados coletados e os referenciais teóricos da pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Diante dos dados coletados e analisados, foi possível ter conhecimento acerca da concepção dos professores sobre a inclusão e como atua em sua prática pedagógica. A apresentação dos dados e sua discussão foram organizadas em **cinco** eixos temáticos: A concepção de inclusão dos professores; A relação pedagógica e o envolvimento da escola no processo inclusivo; A relação família e escola; As políticas públicas inclusivas; Mudanças e melhorias no processo de inclusão.

### **Eixo 1:** A concepção de inclusão dos professores

Ao serem questionadas sobre a inclusão de alunos inseridos no ensino regular, as professoras responderam:

#### **Quadro 1** – Qual a sua concepção em relação à inclusão?

É importante o contato social que ocorre entre os alunos com ou sem deficiência. (P1)
Sabemos que a inclusão é um direito de todos, mas as escolas, em sua grande maioria não estão preparadas para receber alunos com necessidades especiais. (P2)
Importante, mas é um direito que deve ser respeitado e que precisa do apoio de todos. (P3)
A inclusão é fundamental, mas exige mudanças e esforço de todos. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

Os depoimentos revelam alguns dos benefícios que a política inclusiva proporciona, o que possibilita a inserção de alunos com deficiência na sala de aula regular. É importante frisar a fala da P1, pois a mesma enfatiza a importância da relação social entre os alunos.

Outro fato que nos chamou atenção nas falas das professoras é a ênfase dada à inclusão, que requer mudanças para o melhor atendimento desses alunos e que envolve participação de todos. “Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive”. (ARANHA 2004, p. 8).

Frente à inclusão escolar, questionamos as professoras em relação a como elas se sentem a esse respeito.

Diante desse questionamento, obtivemos as seguintes respostas:

**Quadro 2** – Como você se sente frente à inclusão escolar?

Preocupada, porque não sei como lidar em algumas situações. (P1)
Sinto-me frustrada e impotente. (P2)
Como um grande desafio a ser cumprido. (P3)
Precisando se adaptar a essa modalidade de ensino. Muita dificuldade para lidar com esses alunos. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

Essas falas deixam transparecer que as professoras estão apreensivas e inseguras em relação a esse processo; elas não se sentem preparadas para receber e/ou lidar com alunos com deficiência. Faz-se interessante ressaltar que, para atender ao aluno com deficiência, presume-se que o professor possua conhecimentos gerais e específicos para atuar frente a essa especificidade, o que sugere um processo de formação constante.

Sobre essa temática, Dorziat (2011), ao focar a formação de professores, afirma que esta precisa ser repensada, superando as discussões simplistas em torno de um enfoque generalista ou especializado. Para esta autora:

Um não exclui o outro, ao contrário, deve existir uma complementaridade entre eles, sustentada pela lógica da diferença. Isso quer dizer que não basta preparar os professores para lidar com as diferenças biológicas dos alunos, de forma específica, mas buscar desestabilizar a Pedagogia tradicional da classificação, que se baseia em um suposto padrão de normalidade. (DORZIAT, 2011, p. 154).

Ao abordarmos o sentimento das docentes em relação ao exercício da profissão com alunos inclusos, deparamo-nos com os seguintes depoimentos:

**Quadro 3** - Como você se sente em relação ao exercício da profissão com alunos inclusos?

Tento contribuir com meu melhor, mas sei que não é o suficiente. (P1)
Sinto o que muitos professores sentem na sua prática pedagógica que é a insatisfação por não ter habilidades adequadas para lidar com algumas especificidades. (P2)
Um pouco impotente, pois quando não se tem preparo para atuar na área, fica difícil fazer com que o aluno tenha uma boa aprendizagem. (P3)
Preocupada, pois não tenho as habilidades necessárias para lidar com esses alunos. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

Foi possível perceber, mais uma vez, que as professoras se encontram inseguras e angustiadas, com inúmeros questionamentos e inquietações. De um modo geral, todas as professoras reconhecem o direito desses alunos de estarem na escola, mas não sabem como lidar com eles. Ao focarmos o olhar sobre essas respostas, vemos que a formação docente é uma das tensões que norteiam a inclusão.

Segundo Bueno (1999b), a formação de professores para atuar com a inclusão escolar deveria englobar: primeiro, a formação teórica sólida no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; segundo, a formação específica sobre características, necessidades e procedimentos didático-pedagógicos, para as diferentes áreas de deficiência.

## **Eixo 2:** A relação pedagógica e o envolvimento da escola no processo inclusivo

Para que haja a inclusão no espaço educacional, a escola precisa ser organizada nesse sentido, tanto em seu aspecto físico como pedagógico, devendo oferecer estratégias pedagógicas que atendam às características e peculiaridades de cada aluno, buscando o respeito à diversidade de cada sujeito.

Nesse sentido, perguntamos às professoras quais as principais dificuldades encontradas pelas docentes no desenvolvimento de seu trabalho frente à educação inclusiva. Deparamo-nos com os seguintes depoimentos:

### **Quadro 4** – Quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento de seu trabalho frente à inclusão de alunos com deficiência na sala de aula?

Nós recebemos esses alunos, porém não temos formação específica para atendê-los com qualidade. (P1)
Acredito que pelas respostas anteriores é possível identificar as dificuldades encontradas no trabalho. A principal seria falta de habilidade e ainda não me sentir preparada para lidar de forma correta com as especificidades que surgem no dia a dia. (P2)
Diria que dificuldade para atuar junto aos alunos com deficiência já que não possuo formação específica para isso. (P3)
É muito importante a criança com deficiência estar entre as outras crianças, mas o poder público deveria investir mais para que as leis sejam cumpridas. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

É possível percebermos a angústia das professoras em relação a sua formação, algumas consideram uma tarefa difícil, pois não sabem o que fazer. A reação das professoras está ligada à ausência do conhecimento necessário para lidar com as limitações, o que gera, no professor, resistência ou rejeição em relação à inclusão.

É comum ouvir de professores que eles não foram preparados para isto e/ou não fizeram esta opção durante seu curso de formação (CAVALCANTE, 2004; MANTOAN, 2004).

Aprofundando essa questão, perguntamos às professoras qual a opinião delas em relação à escola, e se está se encontra preparada para lidar com os alunos com deficiência. Tivemos os seguintes depoimentos:

**Quadro 5** - Em sua opinião a escola se encontra preparada para receber os alunos com deficiência?

Ainda não, a educação como um todo precisa mudar. (P1)
A maioria das escolas ainda não está preparada para suprir todas as necessidades dos alunos especiais. A nossa escola possui o AEE que funciona numa sala separada das demais, onde atuam duas profissionais com formação em educação inclusiva. Porém as queixas são constantes diante de algumas dificuldades para atender as necessidades dos alunos. (P2)
Não. (P3)
Não. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

É interessante ressaltar que duas professoras não aprofundaram a resposta, utilizando-se apenas de uma afirmação negativa sobre o assunto. Esse dado é um alerta ao processo inclusivo, pois a inclusão envolve a escola como um todo.

Segundo Acorsi (2010), precisamos aceitar o desafio de entender a inclusão como uma possibilidade construída a partir da experiência, o que implica em uma mudança de olhar sobre os sujeitos que estão em nossas escolas, em nossas salas de aula.

Quando falamos de uma escola inclusiva, compreendermos que nesse espaço todos estejam envolvidos com o processo de inclusão. “[...] A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou de identidade institucional que por sua vez abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a do aluno” (MANTOAN, 2003, p. 24).

### **Eixo 3:** A relação família e escola

A perspectiva da relação entre a família e a escola tem ganhado destaque na sociedade inclusiva. Buscando discutir essa relação, questionamos as professoras em relação à importância da família no processo de inclusão. Deparamo-nos com as seguintes respostas.

**Quadro 6** – Como você considera a importância da família no processo de inclusão?

A família é um elo fundamental na vida dos alunos, é na família que o aluno encontra apoio para enfrentar suas dificuldades. (P1)
O professor sozinho não consegue obter um bom resultado. O apoio da família é fundamental. (P2)
É fundamental a presença da família, pois sem esse apoio fica mais difícil realizar um bom trabalho de inclusão. (P3)
E fundamental. Através da parceria com a família temos a oportunidade realizar um trabalho significativo, para um resultado que desejamos. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

As respostas apresentadas enfatizam como sendo fundamental a relação familiar para melhor desempenho e segurança dos alunos. A presença da família na escola é essencial.

Essa relação contribui para que o aluno tenha uma boa adaptação e socialização ao ambiente, aos colegas, aos professores e um bom desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Augusto Cury (2003, p. 54) destaca a importância do trabalho a ser realizado pela escola de forma conjunta com as famílias, quando ressalta: “Pais e professores são parceiros na fantástica empreitada da educação”.

**Eixo 4:** As políticas públicas inclusivas

As políticas públicas de inclusão estão relacionadas à formulação de diretrizes, com vistas a orientar ações oficiais tanto no campo do cotidiano da escola quanto no das redes e sistemas de ensino, vinculadas diretamente às políticas públicas em educação. A partir desse entendimento, questionamos as professoras acerca do conhecimento delas sobre as políticas públicas que norteiam a inclusão e as experiências de inclusão dos alunos em escolas regulares. Obtivemos os depoimentos no quadro 7.

Os depoimentos das professoras destacam a existência dos benefícios que a política inclusiva proporciona, entretanto, as docentes alertam para a falta de efetivação dessas políticas na prática.

As professoras afirmam que a política precisa ser melhorada. A partir dessa consideração, percebemos que a educação inclusiva sugere uma modificação na sociedade, uma nova postura, uma nova forma de olhar o outro.

**Quadro 7** – Com você percebe as políticas públicas de inclusão? O que pode ou deve ser mudado no sentido de melhorar o processo de inclusão?

Percebo que a escola regular não está preparada para receber os alunos com necessidades educativas especiais. (P1)
As políticas de inclusão são bastante importantes. Porém, muitas, estão apenas na teoria e na prática estão deixando a desejar. Trabalhei em uma escola do campo com turmas multisseriadas, do Pré ao 5º (quinto) ano. Tive dois surdos-mudos. Não tinha ajudante e nenhum apoio por parte da prefeitura, foi quando senti a necessidade de me especializar para melhorar minha prática e poder oferecer o meu melhor a esses alunos. Fiz um curso de LIBRAS, porém sei que não é o suficiente, mas dei um passo importante nesse processo de inclusão. (P2)
Já existem várias políticas de inclusão, já se faz um bom trabalho em relação a isso, mas acredito que ainda é preciso muito para melhorar no sentido de sair do papel. (P3)
As políticas são necessárias, as experiências ainda são poucas, porém percebe-se que são boas e necessárias. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

Segundo Glat (2007, p. 188), a educação inclusiva “[...] é hoje política educacional garantida pela legislação em nível federal, estadual e municipal. Cabe aos órgãos governamentais e às instituições públicas e privadas implementá-la de forma satisfatória, considerando o contexto e as peculiaridades locais”.

Ampliando a questão anterior, abordamos as professoras sobre o seu conhecimento em relação aos documentos normativos, decretos e diretrizes para inclusão escolar.

As professoras responderam:

**Quadro 8** – Você tem conhecimento dos documentos normativos, decretos e diretrizes para a inclusão escolar? Como você atribui a importância desses documentos?

Sim. É de fundamental importância para que as crianças com deficiência possam ser inseridas na sociedade. (P1)
Não tenho um conhecimento aprofundado sobre os documentos que versam sobre a inclusão escolar. Mas posso afirmar que é de extrema importância, uma vez que durante muito tempo as pessoas com algum tipo de deficiência foram excluídas da sociedade. (P2)
Sim. São de extrema importância tais documentos, uma vez que versam sobre o direito das pessoas com e sem deficiência de participar ativamente na sociedade, com respeito e dignidade, ainda que não seja a nossa realidade. (P3)
Alguns sim. É importante para que as crianças com deficiência possam ser inseridas na sociedade. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

As falas das educadoras apontam para a importância desses documentos, principalmente direcionado a atenção para as pessoas com deficiência. Vale ressaltar que a Profa. Elza enfatiza a importância desses documentos para promoção dos direitos das pessoas

com e sem deficiência, sendo esta a proposta da educação inclusiva: garantir o direito de todos à educação, para que possam desenvolver suas potencialidades e viver de maneira autônoma e independente.

De acordo com Veiga (2004) a ação de ensinar vai além de apenas transmitir conhecimentos e levar saberes aos alunos, é, acima de tudo, uma atitude de desenvolver as potencialidades de uma pessoa. Portanto, o ensino de alunos com ou sem deficiência deve ser respaldado nesse sentido.

#### **Eixo 5:** Mudanças e melhorias no processo de inclusão

A escola inclusiva é aquela que busca o convívio social. Ela se fundamenta no acolhimento às diferenças e na oferta de oportunidade a todos. Nesse sentido, a escola se apresenta como um lugar de mudança. Sendo assim, perguntamos às professoras qual o olhar delas em relação às possíveis mudanças e melhorias no processo de inclusão. As professoras responderam:

#### **Quadro 9** – Qual sua opinião em relação a possíveis melhorias, para o atendimento inclusivo na escola e na sala de aula?

O atendimento na escola só vai melhorar quando houver qualificação e boa remuneração. (P1)
Quando de fato a teoria se tornar uma prática, o que precisa acontecer para que a inclusão realmente aconteça. O atendimento educacional especializado pode gerar um grande avanço no processo de ensino e aprendizagem dentro e fora da escola. Acredito também que é preciso que o Estado crie mais estratégias visando melhores condições de trabalho aos profissionais que já atuam nas escolas e para os que estão em formação. E como já citei anteriormente, é preciso o envolvimento de toda a comunidade nesse processo. (P2)
Parceria entre escola, família, comunidade e profissionais especializados. (P3)
A sociedade e a comunidade escolar têm percebido a grande necessidade da inclusão. Portanto é necessário capacitações para melhorar o atendimento com essas deficiências. (P4)

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2017.

De acordo com as respostas apresentadas, podemos destacar alguns pontos direcionados a melhorias para o atendimento inclusivo: em primeiro lugar, encontramos um velho conhecido nosso, a questão da remuneração, sempre tão discutida, mas sem grandes alterações na prática. Outro ponto recorrente nos depoimentos diz respeito à formação/qualificação profissional.

Segundo Artioli e Guimarães (2003) ressaltam:

A docência é uma profissão aprendida que não se esgota na formação e, por isso, a educação inclusiva dos alunos com necessidades especiais é uma questão de investimento e prioridade, de política educacional definida pelas esferas federal, estadual e municipal, mas de forma decisiva quando a escola e sua comunidade acadêmica se abrem para essa possibilidade. (ARTIOLI; GUIMARÃES, 2003, p. 11).

É dever dos estados e municípios promover professores especialistas em educação especial em número suficiente para atendimento especializado aos alunos e para dar suporte aos professores do ensino regular.

Outro aspecto que nos chamou atenção nos depoimentos foi a ênfase dada à parceria entre a escola, a família e a comunidade. Segundo Aranha (2004, p. 07),

A escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de seus alunos, de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim a escola só poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno [...] Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Diante das questões apresentadas e sem a pretensão de esgotar as discussões acerca da inclusão e das práticas pedagógicas, podemos inferir que essa temática instiga muitos caminhos e descaminhos; ainda vivemos uma escola pautada nos ideais educacionais, que prima por uma igualdade, mas que na realidade não consegue absorver as demandas sociais. Uma escola que proclama a inclusão de todos no espaço escolar, mas que cerceia aqueles que nela estão. Para que possamos lograr com êxito a educação inclusiva de fato, é preciso garantir, não apenas o acesso, mas reconhecer em cada um dos seus alunos a sua individualidade, respeitando as suas diferenças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar as concepções dos professores sobre a educação inclusiva. A partir dos resultados apresentados constatamos que as professoras concebem a educação inclusiva como um movimento irreversível, sendo o professor peça fundamental nesse movimento. Entretanto, sua atuação é prejudicada por várias situações, entre elas, podemos destacar: a falta de formação específica, recursos pedagógicos escassos, falta de estruturação física e pedagógica da escola, envolvimento dos demais profissionais da escola.

Outro fator que nos chamou atenção foi o desconhecimento dos docentes em relação às políticas públicas que norteiam a educação inclusiva. Esse desconhecimento gera incertezas e inseguranças quanto à inclusão. De acordo com Silveira e Neves (2006), ainda existe no imaginário social, incluindo pais e profissionais da educação, falta de conhecimento e dúvidas que criam incertezas dos reais benefícios e possibilidades da inclusão.

A inclusão é um processo que envolve mudanças, e essas mudanças muitas vezes precisam começar pelo olhar dos docentes sobre a inclusão, principalmente no que tange à aceitação do diferente no espaço educacional. Quando falamos de inclusão, estamos falando em aceitar o outro como ele é, indistintamente, o que requer uma atitude de alteridade perante o outro. Trata-se, então, do desafio de respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos (FLEURI, 2003).

A educação, pensada com base na perspectiva da inclusão, passa a enfrentar diversos desafios; entre eles, destacamos as dificuldades dos professores no enfrentamento à inserção de alunos com ou sem deficiência no ensino regular. A inclusão não tem como delimitação apenas os alunos com deficiência e sim, como é explicitado por Stainback, S. e Stainback, W. (1999), significa que todos os alunos tenham oportunidades educacionais adequadas e ajustadas às habilidades e necessidades de cada um; ou seja, visa à melhoria do ensino para todos.

O processo de inclusão é bastante complexo e de muitas faces. Esta pesquisa explorou apenas uma parte desse processo e um de seus principais atores envolvidos: os professores. Para tanto, sugerimos novas pesquisas, envolvendo outros atores sociais que fazem parte desse processo, tais como: pais, crianças, diretores e a própria comunidade do entorno da escola; acreditamos que todos eles, poderão contribuir para o desenvolvimento desse importante campo do conhecimento.

Para finalizar, não podemos pensar que a educação inclusiva esteja efetivada em sua prática, seria criar uma ilusão a esse respeito. Vivemos um processo de construção inclusiva, a inclusão e exclusão caminham lado a lado; muitas vezes elas apenas mudam de lugar, mas permanecem unidas em seus significados. Falar de inclusão é um convite a compreender o outro nas suas diferenças e singularidades.

## REFERÊNCIAS

ACORSI, Roberta. Inclusão: (im)possibilidades para a educação. In: LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn (Org.). **Aprendizagem & Inclusão**: implicações curriculares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 177-193.

AMARAL. M. M. **A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil**: uma análise do currículo moldado pelas práticas pedagógicas de professoras da rede municipal de ensino de Belém. 2006. 148 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Pará, 2006.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINE, Eduardo José (Org.). **Educação Especial**: temas atuais. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000. p. 1-10.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Educação Inclusiva**: a família - a escola - a filosofia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 4.

ARTIOLLI, Ana Lucia; GUIMARÃES, Tânia Maria Maciel. **Repensando a Educação Especial**: Contexto, Legislação, Paradigmas e Refazer Pedagógico. CEAD-UNEMAT, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do adolescente. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 06 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Secretaria de Educação Especial. **Decreto n. 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Brasília: MEC/SEESP, 1999a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência visual. Brasília: MEC/SEESP, 2001b. v. 1. (Série Atualidades Pedagógicas 6). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def\\_visual\\_1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999b.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal\Subsecretaria de Informações, 2001c.

BUENO, J. G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA Jr., C. A. (Org.). **Formação do educador e avaliação educacional**. Formação inicial e continuada. São Paulo: UNESP, 1999a. v. 2, p. 146-164.

\_\_\_\_\_. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, n. 5, p. 7-23, set. 1999b.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTE, A. V. **O preconceito da deficiência no processo de inclusão escolar**. 2004. 147f. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Educação: Universidade de Brasília, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 21. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

DORZIAT, A. Educação especial e inclusão educacional. In: CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011. p. 147-159.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Santa Catarina, n. 23, maio/jun./jul./ago. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, R.; MENEGERTTI, R. G. K. (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação inclusiva: orientações pedagógicas. In: FÁVERO, Eugênia A. Gonzaga; PANTOJA, Luísa de; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: Aspectos legais e orientações pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. p. 45-60.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pensando e fazendo Educação de Qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MARQUES, Carlos Alberto. Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault. In: JESUS, Denise Meyrelles et al. **Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre : Editora Mediação, 2009. p. 145-153.

PIMENTEL, S. C.; PAZ, L. M. “Olhar” de gestores sobre a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares no Vale do Jiquiriçá. In: DÍAZ, F. et al. (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 323-331.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Implicações do paradigma da inclusão para o emprego de pessoas com deficiência. In: ABRANCHES, C. **Inclusão dá trabalho**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000.

\_\_\_\_\_. **Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

\_\_\_\_\_. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SERRA, Dayse. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, Mônica Pereira; MOREIRA, Marcos. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa. Formação pedagógica de educadores da Educação Superior: Algumas implicações. **Educação por Escrito**, PUC/RS, v. 4, n. 1, p. 28, jul. 2013.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 1, Brasília, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portalmeec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

UNICEF. **A Convenção dos Direitos da Criança.** 1989. Disponível em: <[www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

VEIGA, I. P. A. As dimensões do processo didático na ação docente. In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (Org.). **Conhecimento local e conhecimento universal:** pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004. p. 13-30.

VYGOTSKY, L. (1998). **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes.

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**TÍTULO DA PESQUISA:** CONCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

**OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:** Analisar a concepção dos (as) professores (as) em relação à educação inclusiva

**JUSTIFICATIVA:** Dentro da perspectiva da inclusão se fazem necessários maiores estudos sobre o tema. A importância desta pesquisa científica é a de aprofundar o conhecimento e discussão acerca da inclusão, além de impulsionar os profissionais da educação na promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

**RISCOS:** São previstos riscos mínimos na sua participação neste estudo, uma vez que a mesma consistirá na aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas. Apesar da existência de riscos mínimos de desconforto ou constrangimento na coleta de dados, os benefícios oferecidos serão superiores.

**BENEFÍCIOS:** Esta pesquisa trará contribuições a todos os atores envolvidos. A discussão sobre a educação inclusiva favorece a reflexão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, além de aprofundar o conhecimento sobre o tema.

**DECLARAÇÃO PARA REVISÃO DE PESQUISA, PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA E OFERECIMENTO PARA PARTICIPAR DA PESQUISA:** Minha participação é estritamente voluntária, podendo desistir deste estudo a qualquer momento. Você não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com a pesquisadora. Você tem o direito de decidir não participar da pesquisa, ou de resolver desistir da participação na mesma a qualquer momento, sem nenhum dano, prejuízo ou constrangimento.

**SIGILO E CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações obtidas em relação a este estudo permanecerão em absoluto sigilo, assegurando proteção de sua imagem, de sua privacidade e respeitando valores morais, culturais, religiosos, sociais e éticos. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos ou publicações científicas, porém sua identidade não será divulgada nessas apresentações, nem serão utilizadas quaisquer imagens ou informações que permitam a sua identificação.

Não é previsto que você tenha nenhuma despesa na participação nesta pesquisa ou em virtude da mesma; todavia, caso você venha a ter qualquer despesa em decorrência de sua contribuição neste estudo, será plenamente ressarcido. Ressaltamos ainda que, no caso de eventuais danos acarretados pela sua participação no presente estudo, você será plenamente

indenizado, conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS).

**CONSENTIMENTO DO VOLUNTÁRIO:** Admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento. Estou permitindo a minha participação neste estudo, desde que assegurado o anonimato e o uso da minha imagem em recursos audiovisuais (VHS, DVD, fotos etc.), por livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) voluntário (a) (ou responsável)

CPF: \_\_\_\_\_

Local e Data:

**RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Certifico que revisei o conteúdo deste Termo de Consentimento com o participante em questão, explicando os riscos e benefícios conhecidos desta pesquisa. E assumo a responsabilidade sobre a realização deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

CPF: \_\_\_\_\_

Contato da Pesquisadora Responsável:

Endereço:

Celular:

*E-mail:*

**APÊNDICE B - Instrumento de Coleta de Dados****UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****QUESTIONÁRIO****Dados Sociodemográficos**

1- Faixa etária \_\_\_\_\_

Formação Superior

Completo  Incompleto

Possui alguma pós-graduação?

Sim  Não

Qual? \_\_\_\_\_

**Questões Específicas:**

2. Qual a sua concepção em relação à inclusão?
3. Como você se sente frente à inclusão escolar?
4. Quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento de seu trabalho frente à inclusão de alunos com deficiência na sala de aula?
5. Em sua opinião a escola se encontra preparada para receber os alunos com deficiência?
6. Como você considera a importância da família no processo de inclusão?
7. Com você percebe as políticas públicas de inclusão?
8. Em sua opinião o que pode ou deve ser mudado no sentido de melhorar o processo de inclusão?
9. Você tem conhecimento dos documentos normativos, decretos e diretrizes para a inclusão escolar? Como você atribui a importância desses documentos?
10. Qual sua opinião em relação a possíveis melhorias, para o atendimento inclusivo na escola e na sala de aula?